

XVII Congresso Brasileiro de Sociologia

GT11 - Relações raciais e étnicas:
desigualdades e políticas públicas

**Relações raciais no Brasil contemporâneo: a produção
em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013)**

Luiz Augusto Campos

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

20 a 23 de Julho de 2015
Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Relações raciais no Brasil contemporâneo: a produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013)

Luiz Augusto Campos (IESP-UERJ)

Resumo

O tema das relações raciais ocupa um lugar central nas Ciências Sociais brasileiras desde a sua institucionalização. Nas últimas décadas, porém, a politização da questão racial, mormente após a adoção de ações afirmativas raciais em diferentes esferas governamentais, deu nova forma à área de estudos. O objetivo deste trabalho é discutir a produção recente das ciências sociais sobre a questão racial a partir dos artigos publicados nos últimos vinte anos (1994-2013) sobre o tema pelas principais revistas acadêmicas nacionais. Apresentamos aqui os resultados preliminares de uma parte da pesquisa que se baseia somente nos textos acadêmicos disponibilizados pelo portal de divulgação científica, Scielo.br.

Introdução¹

Desde os seus primeiros momentos, as ciências sociais brasileiras concederam um lugar central em sua agenda de pesquisa ao tema da raça. Não importa onde localizamos o instante fundador da disciplina no país – se nos ensaios de Gilberto Freyre, na fundação da Escola Livre de Sociologia por Donald Pierson ou na sociologia institucionalizada produzida a partir da USP pela missão francesa e, depois, por Florestan Fernandes – a questão racial estará no centro das preocupações desses sociólogos. Isso se deve não apenas ao fato de que o Brasil é caracterizado desde o século XIX como um privilegiado “laboratório racial” (Schwarcz, 1994), mas também à preocupação das nossas elites do século XX em formar uma nação homogênea a partir da heterogeneidade racial que marcava nossa população.

Por esses e outros motivos, o campo de estudos sobre as relações raciais² está entre os mais antigos, prolíficos e reconhecidos das ciências sociais brasileiras. Mas o fato de o campo ser tão tradicional não é sinônimo de imutabilidade, ao contrário. Os estudos sobre relações raciais no Brasil viverem diferentes fases e conflitos internos. Nada se compara, porém, ao momento vivido mais recente, a partir do advento das ações afirmativas raciais. A polêmica suscitada pelas ações afirmativas raciais envolveu vários setores da sociedade, dentre eles, as ciências sociais.

Não é nosso objetivo aqui discutir a polêmica em torno das cotas, o que foi feito em outra oportunidade (Campos, 2013a). Importa destacar somente como ela chacoalhou a Sociologia das relações raciais, fomentando fortes antagonismos entre estudiosos que pareciam concordar sobre o tema antes do advento dessas medidas (Campos, 2012). Ademais, a implementação das cotas remodelou a agenda de pesquisa desse campo, concentrando um enorme número de pesquisas ao seu redor (Feres Júnior, Oliveira e Daflon, 2007).

Uma década separa a adoção pioneira de cotas raciais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2001) e a aprovação da Lei 12.711 em 2012, que impõe políticas de cotas sociais e raciais a todas as instituições federais de ensino. Durante essa década, as

¹ Gostaria de agradecer à Ingrid Gomes pelo trabalho disciplinado e criterioso na sistematização dos dados utilizados aqui.

² Existe todo um debate sobre qual o melhor modo de denominar esse campo de estudos. Ainda que a expressão “relações raciais” seja correntemente empregada na academia brasileira, alguns autores reagem a essa nomenclatura por considerarem que ela supõe a existência de “raças”. Na maioria das vezes, esses críticos preferem a nomenclatura “estudos do racismo” (Miles, 1993). Como uma parte deste texto busca justamente mostrar a dominância do conceito de sociológico de raça nos estudos recentes, utilizaremos essa nomenclatura do campo simplesmente por ela ser a mais usual.

ações afirmativas se difundiram por mais de 70% das universidades federais e 80% das estaduais, foram chanceladas por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal e adotadas pelo governo federal. Tudo isso contribui para reduzir a polemicidade do tema. Contudo, pouco se sabe dos impactos dessas controvérsias públicas na agenda, nos métodos e nas abordagens sobre as relações raciais no Brasil.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior que objetiva mapear as características principais da bibliografia sobre raça e racismo produzida pelas ciências sociais brasileiras nos últimos vinte anos (1994-2014). Para tal, tomamos como base as publicações sobre a questão presentes nas principais revistas acadêmicas das ciências sociais brasileiras. Embora a produção em artigos não esgote a gigantesca literatura sobre o tema, ela pode ser lida como uma amostra em alguma medida representativa das tendências teóricas, metodológicas e temáticas desse campo. Neste *paper* discutiremos os resultados preliminares dessa pesquisa, que incluem somente os textos do universo estudado disponibilizados pelo portal Scielo.br.

O que se segue está dividido em cinco seções. A primeira seção faz um breve sobrevoo pelos principais paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil para destacar como eles fornecem um pano de fundo geral de interpretação dos dados da pesquisa. Na segunda seção, descrevemos os critérios metodológicos utilizados na pesquisa, tanto para definir os limites *corpus* (textos incluídos, revistas consideradas etc.), quando no processamento desses textos. Em seguida, discutimos os dados obtidos até o presente momento com o intuito de entender o que eles nos dizem sobre a literatura recente. Finalmente, delineamos considerações gerais sobre o passado e o futuro da pesquisa social em relação às questões raciais brasileiras.

Paradigmas de interpretação da questão racial

As revisões dessa bibliografia sugerem que há também um relativo consenso sobre as fases que caracterizaram, passíveis de serem tipificadas em quatro paradigmas. Antes de passar para a discussão deles, é preciso destacar que a noção clássica de “paradigma”, tal qual formulada por Thomas Kuhn (1962), é empregada aqui propositadamente de modo impreciso. Em sua obra seminal, o historiador estadunidense estabeleceu um modelo de explicação das revoluções científicas baseados na ideia de que elas ocorriam em processos cíclicos de formação e crise de paradigmas, entendidos como matrizes disciplinares razoavelmente consensuais, baseadas em soluções exemplares de problemas científicos e a partir das quais problemas de pesquisa são formulados e novos

experimentos são executados (Kuhn, 1962). Como se sabe, Kuhn manifestou vários receios em relação à aplicação dessa ideia às ciências humanas, que na sua opinião eram pré-paradigmáticas (Kuhn, 1991). Por outro lado, é preciso notar que o uso que o autor fez da categoria é, em si, razoavelmente impreciso, o que abriu margem para que Margaret Masterman (1970) detectasse dezenas de definições distintas para o termo apenas em *The structure of scientific revolutions* (Kuhn, 1962).

Ao utilizar a noção de paradigma aqui não queremos defender a sua aplicabilidade às ciências sociais ou entrar no complexo debate sobre o conceito. Tal noção é empregada de uma maneira propositalmente frouxa apenas para fazer referência a existência de enquadramentos para a questão racial brasileira que buscam resolver alguns problemas sociológicos suscitados em determinados momentos, informam pesquisas ulteriores a eles e partilham determinadas premissas que constituem uma dada interpretação da nossa questão racial.

Um primeiro “paradigma” de interpretação das relações raciais, nesse sentido frouxo do conceito, se refere ao momento pré ou protossociológico e englobaria os ensaios sobre a questão racial no Brasil durante o fim do século XIX e início do XX, de Gobineau à Oliveira Vianna, todos fortemente influenciados de uma visão biológica e hierárquica das raças (Schwarcz, 1993). Essa é a fase marcada por aquilo que Kenan Malik denominou “consenso racialista vitoriano” (Malik, 1996a), composto pela premissa de que o comportamento humano é determinado pelas suas heranças biológicas que distinguem os diferentes grupos raciais. Mais do que isso, tais ensaios buscavam resolver o “problemático” caráter miscigenado e, portanto, impura da nossa população, mormente a partir de políticas de embranquecimento demográfico. Podemos chamá-lo de *paradigma do racialismo científico*.

Um segundo momento surge a partir da década de 1920 e da paulatina separação teórica entre raça e cultura, operada aqui de forma embrionária no trabalho seminal de Gilberto Freyre (2003), e supostamente legatária das teorias de Frantz Boas (2004), e do elogio à miscigenação racial como solução imanente para o problema nacional. O paradigma racialista cederia espaço às perspectivas mais críticas da noção biológica de raça, como é o caso das teorias de Manoel Bonfim (1999), e mais simpáticas ao caráter mestiçado de nossa população nacional, ao mesmo tempo em que romperia com as visões hierarquizantes entre as raças em prol do conceito de diferença. Chamamos esse enquadramento aqui de *paradigma da hibridação*.

Esta fase duraria até a realização do projeto UNESCO no Brasil no início dos anos 1950, quando uma série de pesquisas motivadas por uma visão “freyreana” da questão racial começa a inventariar etnograficamente práticas racistas presentes na sociedade brasileira. Ainda que a transição paradigmática aqui tenha sido mais lenta, pode-se falar em um novo olhar sobre a questão racial a partir das pesquisas ligadas ao Projeto e lideradas por Florestan Fernandes (1965). Em vez de enfatizar a suposta harmonia racial que reinaria no Brasil, os membros dessa segunda fase do Projeto UNESCO se dedicarão a denunciar o racismo entranhado em nossas desigualdades sociais, racismo classificado como uma sobrevivência pré-moderna do Brasil escravocrata (Maio, 1999). Podemos falar aqui de um *paradigma do racismo enquanto sobrevivência pré-moderna*.

A quarta e última etapa emerge das críticas de Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle Silva (1978) ao paradigma florestaniano da modernização a partir de pesquisas estatísticas que indicavam, no fim da década de 1970, a persistência das desigualdades raciais depois da rápida industrialização do Brasil. A premissa básica desses autores, incorporada por muitos outros cientistas sociais até mais recentemente (Henriques, 2001; Soares, 2000; Ribeiro, 2006), defende ser possível atestar a persistência e pervasividade do racismo no Brasil moderno a partir de análises de mobilidade social. Valendo-se de extensas pesquisas demográficas, tais autores comparam as taxas diferenciais de mobilidade social de pessoas autodeclaradas brancas com aquelas dos autodeclarados pretos e pardos e quase sempre concluem que há uma vantagem substantiva para os brancos, mesmo quando isolamos metodologicamente a classe de origem. Chamo este momento de *paradigma das desigualdades raciais*.

Embora não se deva ler essa tipificação de modo evolucionista, é possível dizer que há alguma cumulatividade nessa produção sociológica sobre a questão racial. Evidência disso é o relativo consenso sobre a persistência do racismo no Brasil industrial a partir da quarta fase da tipologia supracitada. Mesmo autores ligados à perspectiva anterior, como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, reconhecem, em momento posterior, as falhas da teoria da modernização (Cardoso, 2000). E pelo menos até a década de 1990, pesquisadores que buscaram atualizar as visões freyrianas sobre a questão racial como Roberto DaMatta e Peter Fry não negavam a difusão da discriminação e sua importância para nossa estrutura social (cf. DaMatta, 1990; Fry, 2001). Também era relativamente consensual na academia que os numerosos estudos sobre raça e racismo não conseguiam penetrar no debate público brasileiro. Esse diagnóstico era feito já em

1960 por Florestan Fernandes, que contrastava o descompasso entre a maturidade dos estudos sobre raça e racismo no Brasil e a imaturidade do debate público sobre o tema (Fernandes, 1960).

Desde a década de 1980, porém, as demandas por inclusão racial passam a ser lentamente incorporadas pelo Estado, em grande medida graças à pressão do movimento negro que então se rearticulava (Guimarães, 2007). Paralelamente, começa a mudar a postura das agências internacionais como a ONU em relação às desigualdades raciais no Brasil. De país-modelo da harmonia racial na década 1940, tais agências passam a cobrar do país posturas mais enérgicas para a diminuição das renitentes desigualdades raciais (Alves, 2002). Esse processo tem um de seus cumes quando o governo Fernando Henrique Cardoso organiza em 1994 um seminário para discutir soluções para as desigualdades raciais brasileiras (cf. Souza, 1997). Esse ano marca uma inflexão nos estudos sobre raça no Brasil na medida em que traz à tona as divisões latentes no campo acadêmico.

O Seminário buscava debater em que medida as ações afirmativas raciais poderiam ser uma solução para as desigualdades raciais aqui, o que gerou profundas discórdias entre os intelectuais convidados. Mesmo que todos os convidados destacassem em seus discursos o caráter racista de nossa estruturação racial, pesquisadores como Carlos Hasenbalg, George Redi Andrews e Antônio Sérgio Guimarães pareciam mais simpáticos à adoção de ações afirmativas para os negros (cf. Souza, 1997), enquanto Jessé Souza, Roberto DaMatta, Fábio Wanderley Reis, dentre outros, destacavam as incompatibilidades desse tipo de solução com a realidade local (cf. Souza, 1997).

Embora o Seminário não tenha gerado nenhuma resolução ou encaminhamento unívoco, Fernando Henrique Cardoso declarou publicamente anos depois que apoiaria a instituição de ações afirmativas raciais no Brasil. À época, uma enorme polêmica pública se criou em torno do tema, ainda que o governo não tivesse a rigor implantado nenhuma política pública nesse sentido. Somente depois do governo Lula, e ainda assim por iniciativa autônoma de algumas universidades estaduais e federais, é que cotas raciais foram adotadas no ensino superior (Feres Júnior, Daflon e Campos, 2011).

Como já foi dito, os cientistas sociais se envolveram ativamente na controvérsia em torno das cotas raciais. Mais importante ainda, afinidades teóricas e perspectivas foram rompidas com o advento da questão, que colocou em polos opostos autores que outrora partilhavam visões sobre o assunto (Campos, 2012). Contudo, passados mais dez anos de debate em torno do tema e após o arrefecimento da polêmica pública, pouco

sabemos sobre os impactos gerais desse processo de politização da questão racial no período. Para produzir um retrato dessas modificações, delineamos a seguir as principais orientações metodológicas que nortearam a pesquisa.

Metodologia

Para revisar a bibliografia sociológica recente em torno da questão racial no Brasil, enfrentamos alguns obstáculos metodológicos. Trata-se de um campo disciplinar extremamente produtivo. Uma estimativa preliminar sugere que o *corpus* abrangerá cerca de 1.000 textos no total, o que dificultaria uma revisão pormenorizada de cada um deles. Para contornar essa dificuldade, atrelamos à leitura e à análise qualitativa desse material algumas técnicas de análise quantitativa do conteúdo linguístico assistidas por computador (CAQDAS, na sigla inglesa). Além de poupar tempo e recursos, essa combinação de técnicas possibilitou uma revisão longitudinal da bibliométrica mais acurada dessa literatura.

Para definir quais revistas acadêmicas que compõe o recorte de pesquisa, recorremos à classificação promovida pelo sistema Qualis-CAPES, que ranqueia os periódicos científicos brasileiros de acordo com diferentes critérios de periodicidade e impacto bibliográfico. Cada revista é avaliada por um comitê de área especializado. Levamos em conta as classificações produzidas pelos comitês de área das três disciplinas que compõe as ciências sociais em sentido estrito: sociologia, ciência política e antropologia³. Incluímos no recorte apenas os periódicos brasileiros em português, avaliados por ao menos um dos três comitês com a maior nota (A1). Dezesesseis revistas se encaixaram nesses critérios e todas disponibilizam, em média, 70% de seus fascículos no Scielo. Note-se que a maior parte delas disponibiliza ao menos parte de seus textos no portal virtual de acesso livre a publicações acadêmicas da Scientific Libery (Scielo), site que foi resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). A disponibilidade de grande parte desses textos na internet facilitou o acesso aos mesmos. Embora a pesquisa continue em curso e pretenda, em uma segunda etapa, incluir no universo os textos não disponíveis no Scielo, este *paper* considera apenas os periódicos e períodos presentes no portal.

³ O comitê de Antropologia abriga também o comitê da arqueologia, do mesmo modo que o comitê de Ciência Política avalia também periódicos ligados às Relações Internacionais.

A Tabela 1 contém a lista das revistas, acompanhada do número de fascículos presentes no Scielo e da quantidade de artigos sobre raça publicados por elas no portal. Num total de 909 fascículos incluídos no recorte, a base já compilou 680 (74%). Foram analisados 540 fascículos, o que corresponde a 79% do total disponibilizado pelo Scielo e 59% do recorte total. Os textos foram filtrados em duas etapas. Em um primeiro momento, foi feita uma raspagem virtual (webscrapping) de todos aqueles que tinham palavras-chave como “raça”, “racial”, “racismo”, “etnia”, “étnico”, “negro”, “mestiço”, “pardo”, “preto” etc. Num segundo momento, o montante de textos obtidos foi filtrado a partir da leitura dos seus resumos. As variáveis foram codificadas tanto a partir dessa leitura do resumo quanto a partir de uma leitura diagonal das suas introduções e conclusões. Na última coluna da Tabela 1, está a quantidade de textos sobre o tema encontrada em cada periódico.

Uma vez compilados os textos, formou-se uma base de dados computando informações como título de cada texto; nome, disciplina e instituição de seus autores ou autoras; a revista em que saiu publicado, a data de publicação etc. A análise mais pormenorizada de cada artigo visou estabelecer a centralidade da discussão sobre raça no texto; o subtema da pesquisa (ações afirmativas, categorias de classificação racial, desigualdade racial, cultura negra etc.); o modo como a questão racial é abordada (de forma teórica, empírica etc.); o método de pesquisa predominante (análise do discurso, entrevistas em profundidade, survey, etnografia etc.); as categorias raciais utilizadas para denominar os “não-brancos” (preto, negro, pardo, moreno, mulato etc.); bibliografia citada etc. Para realizar essas análises, foram empregados três programas computacionais distintos. Um script de raspagem de dados virtuais (*webscrapping*) foi desenvolvido para captar algumas variáveis do Scielo e uma análise hermenêutica dos textos foi feita partir do programa *Sphinx Léxica*.

Tabela 1: Lista de periódicos incluídos no recorte e no *corpus* analisado

Revista	Instituição	Ano de inclusão no Scielo	Fascículos publicados (1993-2013)	Fascículos no Scielo (1993-2013)	% Fascículos no Scielo (1993-2013)	Artigos sobre raça no Scielo
Caderno CRH	UFBA	2007	60	23	38%	11
Cadernos Pagu	UNICAMP	2001	40	26	65%	47
Dados	IESP-UERJ	1996	79	68	86%	28
História, Ciências, Saúde-Manguinhos*	FIOCRUZ	1994	83	83	100%	*
Horizontes Antropológicos	UFRGS	1999	38	30	79%	31
Lua Nova	USP	1984	62	62	100%	12
Mana	MN-UFRJ	1996	39	38	97%	28
Novos Estudos	CEBRAP	2005	60	26	43%	10
Opinião Pública	UNICAMP	2000	38	28	74%	4
Religião & Sociedade	ISER	2007	40	14	35%	8
Revista Brasileira de Ciências Sociais	ANPOCS	1997	62	50	81%	19
Revista Brasileira de Política Internacional	IBRI	1997	45	37	82%	4
Revista de Antropologia*	USP	1997**	37	21	57%	*
Revista de Sociologia e Política	UFPR	1999	50	39	78%	9
Revista Estudos Feministas*	UFSC	2001	50	36	72%	*
Sociedade e Estado	UnB	2000	48	34	71%	13
Sociologias	UFRGS	2000	34	31	91%	14
Tempo Social	USP	1997	44	34	77%	28
			Σ = 909	Σ = 680	μ = 74%	Σ = 266

* O *corpus* utilizado nas análises deste *paper* não considerou essas revistas.

** Indexação do periódico no Scielo foi interrompida em 2007.

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelas revistas.

O perfil dos textos sobre raça

Dos 266 artigos que compõem o *corpus*, quase a metade (46,8%) não tem a questão racial como seu tema principal. Isto quer dizer que ela foi discutida ou como uma questão central do texto, ainda que não a principal (20,7%) ou como uma questão secundária (36,1%).

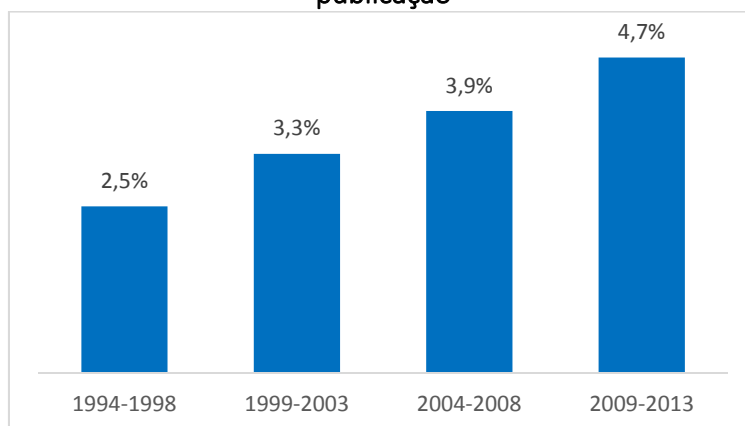
Tabela 1: Quantidade de artigos de acordo com a centralidade da questão racial

	N	%
O tema principal	115	43,2%
Uma questão central	55	20,7%
Uma questão secundária	96	36,1%
TOTAL	266	100%

Fonte: o autor.

Vale notar que esses percentuais não variam muito no tempo, o que indica que a distribuição do interesse dentro do rol de artigos pelo tema é razoavelmente regular no período. Contudo, quando comparamos a participação dos artigos sobre a questão racial em cada período no rol geral de artigos do Scielo, sem distinguir se a questão é tratada como tema principal ou marginal do texto, vemos um incremento substantivo, conforme indica o Gráfico 1. Se entre 1994 e 1999 as revistas publicaram no total cerca 2,5% de seus artigos sobre o tema, esse percentual cresce regularmente até alcançar no quinquênio 2009-2013 quase o dobro disso (4,7%):

Gráfico 1: Quantidade de artigos sobre o tema de acordo com o período de publicação



Fonte: o autor.

Ao que tudo indica, o interesse sobre a questão racial cresceu de forma regular no período analisado, do mesmo modo que cresceu a proporção de texto que ao menos considera o tema em outras discussões. Embora tal crescimento possa ser explicado pela maior politização e publicização da questão racial no período analisado, devida em grande

monta ao debate em torno das ações afirmativas, ele não pode ser totalmente explicado pelo incremento nos textos sobre esse subtema em específico. Ao que parece, o debate em torno dessas políticas de inclusão incentivou a publicação de textos sobre a questão racial de modo geral e não apenas sobre as políticas em si. Isso fica mais evidente quando analisamos os subtemas explorados nos textos considerados, conforme indica a Tabela 2:

Tabela 2: Quantidade de artigos de acordo com o subtema do texto

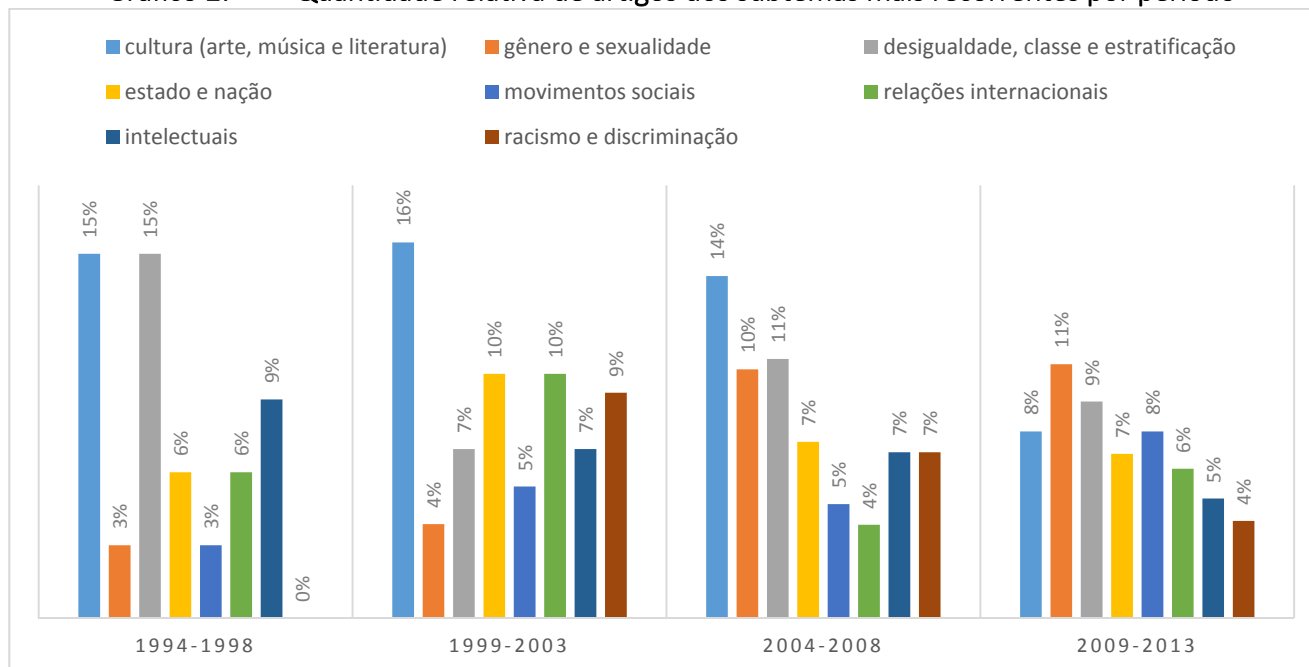
Subtemas	N	%
Cultura (arte, música e literatura)	83	31,2%
Gênero e sexualidade	64	24,1%
Desigualdade, classe e estratificação	61	22,9%
Estado e nação	54	20,3%
Movimentos sociais	44	16,5%
Relações internacionais	44	16,5%
Intelectuais	44	16,5%
Racismo e discriminação	41	15,4%
Direito, justiça e fluxo judiciário	30	11,3%
Educação	28	10,5%
Mercado de trabalho	27	10,2%
Migrações	27	10,2%
Democracia, política e eleições	26	9,8%
Território e segregação	22	8,3%
Ações afirmativas	21	7,9%
Religiosidades	20	7,5%
Ciências naturais (biologia, genética etc.)	16	6,0%
Comunidades tradicionais (quilombos)	14	5,3%
Violência e segurança	11	4,1%
Classificações raciais	10	3,8%
Mídia e imprensa	9	3,4%
Saúde	8	3,0%
Elites econômicas	7	2,6%
Outro	4	1,5%
Total	266	100%

Fonte: o autor.

Embora tenha sido discutido em quase 8% dos textos, o tema das ações afirmativas raciais foi o 15º subtema mais discutido nos textos considerados. Os temas mais discutidos foram questões que conectavam raça e expressões culturais (31,2%), raça com questões de gênero e/ou sexualidade (24,1%) e os estudos de classe, estratificação e desigualdade (22,9%). Ou seja, embora a proporção de textos sobre a questão racial tenha crescido no período coetâneo à controvérsia das cotas, o temário desses textos não variou substantivamente, muito menos privilegiou em termos relativos os textos especificamente

sobre ações afirmativas. Para melhor entender as variações cronológicas no temário dos estudos sobre relações raciais, o Gráfico 2 apresenta a proporção de artigos de cada um dos 8 subtemas mais recorrente em cada um dos quatro quinquênios que compõem o recorte:

Gráfico 2: Quantidade relativa de artigos dos subtemas mais recorrentes por período



Fonte: o autor.

Como é possível notar, os textos sobre as relações entre raça e expressões culturais ainda continuam centrais no campo, mas vêm perdendo importância à medida que o tempo passa. No último quinquênio (2009-2013), textos sobre cultura perdem o primeiro lugar para os artigos sobre a intersecção entre gênero e/ou sexualidade e raça. Algo semelhante aconteceu com os estudos sobre estratificação social, que também permanecem tendo grande participação no *corpus*, porém decrescem em participação relativa à medida que o tempo avança. Por fim, merece destaque a evolução dos estudos sobre racismo e discriminação. Praticamente inexistentes nas revistas publicadas entre 1994 e 1998, a categoria aparece dentre os subtemas mais abordados entre 1999 e 2003. Todavia, ela tais estudos vêm decrescendo regularmente, correspondendo a apenas 4% no último quinquênio. De modo geral, também é possível notar pelo Gráfico 2 uma pulverização temática maior nos estudos sobre relações raciais. Se no período entre 1994 e 1998 havia uma concentração em dois polos, estudos de estratificação e estudos de expressões culturais, a distribuição entre os subtemas é mais equânime no quinquênio mais recente.

Ao que parece, vem perdendo potencial explicativa a clássica polarização detectada por Andreas Hofbauer (2006) entre uma sociologia das relações raciais e uma antropologia da racialização. Segundo o autor, houve durante as décadas de 1980 e 1990 uma oposição latente entre sociólogos e antropólogos da raça. Embora concordassem em seus diagnósticos, os sociólogos costumavam tomar a raça como uma variável independente, utilizada para explicar a persistência das desigualdades sociais no Brasil. Os antropólogos, por seu turno, tomavam a raça como variável dependente para mostrar a complexidade dos processos de formação das identidades raciais no país. Ao que parece, se tal divisão ajuda a explicar as profundas discordâncias do campo em relação às cotas raciais, ela parece ter perdido centralidade acadêmica com o avanço da controvérsia. Embora não ajude a confirmar tal hipótese, uma observação mais detida sobre o perfil dos textos publicados talvez ajude a esclarecê-la. A Tabela 3 mostra a distribuição dos artigos do *corpus* de acordo com o cruzamento entre o tipo de discussão que ele faz (baseada em dados empíricos, ensaística, teórica ou conceitual, histórica etc.) e o tipo de pesquisa na qual ele se baseia.

De saída, podemos notar, no eixo vertical (tipo de pesquisa) a predominância de textos baseados em pesquisas empíricas e ensaios sobre o tema. Há uma preponderância de ensaios que se baseiam mormente em análise bibliográficas, que correspondem no total a 27,8% do *corpus*. Em segundo, aparecem as pesquisas empíricas que se utilizam da observação participante, correspondendo a 18% dos textos e, em terceiro, estão as discussões estritamente teóricas, com 14,3%. Em seguida, aparecem as pesquisas empíricas baseadas em análises de dados secundários, correspondente a 12,4%, e pesquisas históricas baseadas em análises bibliográficas, correspondente a 9,8%:

Tabela 3: Quantidade de artigos de acordo com a centralidade da questão racial

<i>Método Tipo de Pesquisa</i>	Análise bibliográfica	Observação participante	Análise de dados secundários	Análise de discurso	Entrevistas em profundidade	Survey	TOTAL
Empírica	-	18%	12,4%	6,4%	5,3%	3%	120 (45,1%)
Ensaística	27,8%	-	0,4%	1,5%	0,8%	0,4%	82 (30,8%)
Teórica ou conceitual	14,3%	1,9%	1,9%	1,1%	0,4%	0,4%	53 (19,9%)
Histórica	9,8%	1,5%	1,1%	5,6%	-	-	48 (18%)
Resenha	1,9%	-	-	-	-	-	5 (1,9%)
TOTAL	129 (48,5%)	48 (18%)	36 (13,5%)	31 (11,7%)	14 (5,3%)	8 (3%)	266 (100%)

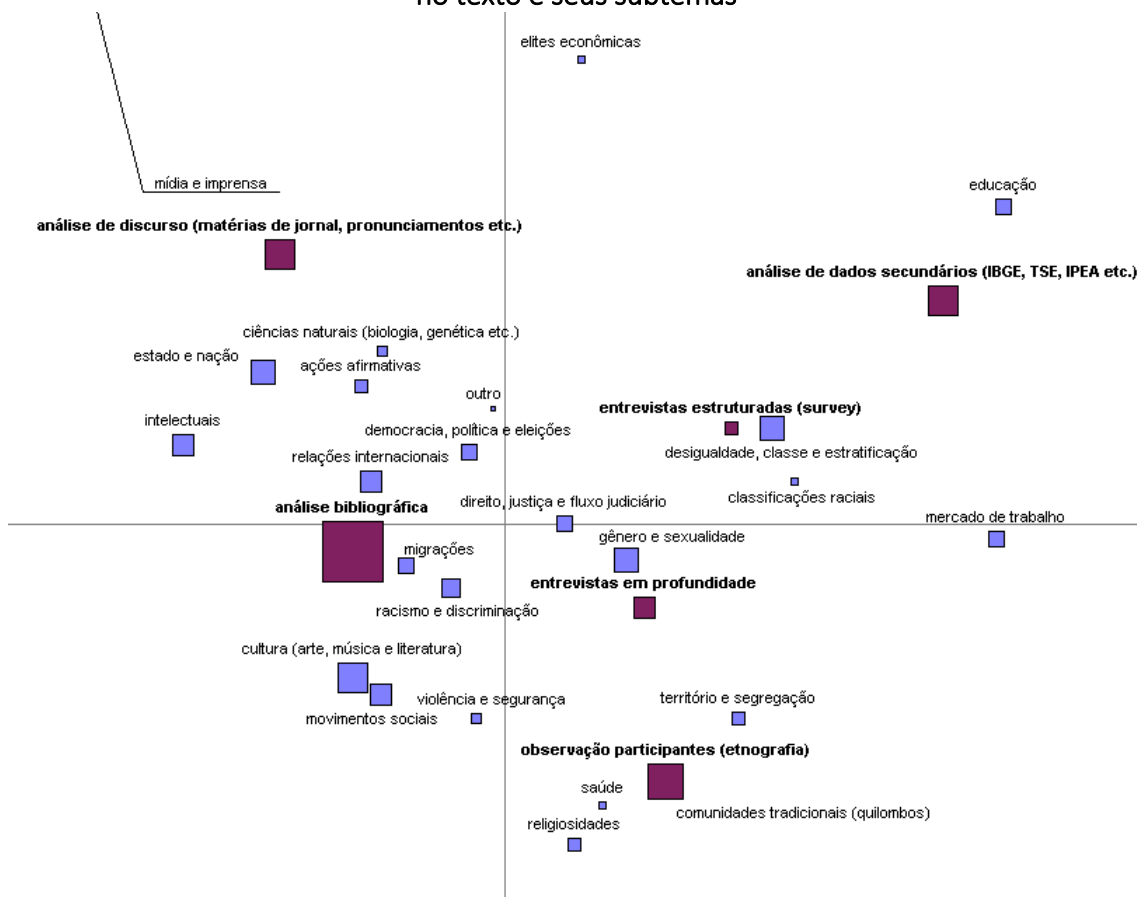
Fonte: o autor.

Não deixa de surpreender a preponderância de ensaios bibliográficos. Contudo, embora pesquisas sobre a produção das ciências sociais brasileiras sejam embrionárias, elas indicam haver uma preponderância de ensaios bibliográficos nas ciências sociais brasileiras (Melo, 1999; Soares, 2005). Vale notar, porém, que esse cenário vem se modificando. Textos baseados em análises de dados secundários (predominantemente quantitativos) correspondiam a 9% dos textos publicados entre 1994-1998, a 10,6% entre 1999-2003 e a 6,8% entre 2004-2008. No último quinquênio, contudo, esse percentual duplicou a média anterior, correspondendo a 20%. Já os textos baseados essencialmente em análises bibliográficas correspondiam a 63% do *corpus* no primeiro quinquênio, 62% no segundo e 55,7% no terceiro. No último, porém, esse percentual caiu para 37%, indicando uma menor centralidade desse método de pesquisa. Já o percentual de publicações baseadas em observação participante se manteve quase constante no período, oscilando em torno de 20%. Há aqui alguns sinais de uma mudança importante do campo de estudos. Em primeiro lugar, o percentual de textos baseados em pesquisas empíricas mais do que dobrou, indo de cerca de 18% entre 1994-1998 a 55% entre 2009-2013. Paralelamente, o percentual de textos ensaísticos decresceu sensivelmente, indo de 63% em 1994-1998 para pouco menos de 26% em 2009-2013.

Há também uma associação entre determinados subtemas dos estudos das relações raciais e determinados métodos de pesquisa. O Gráfico 3 apresenta uma análise das correspondências entre essas duas variáveis. Embora não possamos discutir em detalhe

como esse tipo de análise se constrói⁴, basta reter que os quadrados azuis se referem aos subtemas e os roxos se referem aos métodos. Quanto mais próximo em termos relativos um quadro azul está de um roxo, maior a quantidade de textos sobre o referido subtema que utiliza o respectivo método.

Gráfico 3: Análise de Correspondências Simples entre método de pesquisa presente no texto e seus subtemas



Fonte: o autor.

Há uma grande associação, por exemplo, entre pesquisas sobre saúde, religiosidades, comunidades tradicionais, território e segregação e técnicas de observação participante. Por outro lado, textos sobre expressões culturais, movimentos sociais, migrações, racismo e discriminação e relações internacionais tendem a se basear mais em análises bibliográficas. Artigos sobre gênero e sexualidade, por seu turno, costumam se basear comparativamente mais em entrevistas em profundidade. Estudos sobre estratificação, educação, classificações raciais e mercado de trabalho tendem a combinar

⁴ Para indicações sobre as características dessa técnica de exposição de dados, cf. Benzécri (1992) e Greenacre (1993). Para exemplos de aplicação dela, cf. Bourdieu (2007)

dados de surveys e dados secundários de bases constituídas. E como era de se esperar, estudos da relação entre raça e mídia se baseiam mais em análises de discurso.

O perfil de quem publica os textos sobre raça

A maior pluralidade no âmbito temático e metodológico parece vir acompanhada de uma maior pluralidade de cientistas sociais que publicam sobre a questão. No total, 271 cientistas sociais publicaram textos que ao menos consideraram a questão racial. Note-se que existem mais autores do que textos publicados, o que é explicada pelo crescente número de artigos redigidos em coautoria. A Tabela 4 mostra a lista de autoras e autores que publicaram ao menos dois textos discutindo a questão, ainda que de forma secundária. Dentre os nomes que mais publicaram artigos de acordo com nosso destaque, os mais prolíficos foram Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (USP), Carlos Antonio Costa Ribeiro (IESP-UERJ), Marcos Chor Maio (FIOCRUZ), Ricardo Ventura Santos (MN-UFRJ), João Feres Júnior (IESP-UERJ), José Alcides Figueiredo Santos (UFJF), Livio Sansone (UFBA) e Loïc Wacquant⁵ (UCLA).

⁵ Parte dos textos de Wacquant são traduções de textos publicados em revistas internacionais.

Tabela 4: Quantidade de artigos por autor*

Nome	N	%
Antonio Sérgio Alfredo GUIMARÃES	7	2,6%
Carlos Antonio Costa RIBEIRO	5	1,9%
Marcos CHOR MAIO	5	1,9%
Ricardo Ventura SANTOS	5	1,9%
João FERES JÚNIOR	4	1,5%
José Alcides Figueiredo SANTOS	4	1,5%
Livio SANSONE	4	1,5%
Loïc WACQUANT	4	1,5%
Adriana PISCITELLI	3	1,1%
Carlos A. GADEA	3	1,1%
Giralda SEYFERTH	3	1,1%
Laura MOUTINHO	3	1,1%
Osmundo PINHO	3	1,1%
Oswaldo TRUZZI	3	1,1%
Petrônio DOMINGUES	3	1,1%
Ari Pedro ORO	2	0,8%
Doug MCADAM	2	0,8%
Fátima CECCHETTO	2	0,8%
Graziella Moraes Dias da SILVA	2	0,8%
Helga GAHYVA	2	0,8%
Isadora Lins FRANÇA	2	0,8%
Jessé SOUZA	2	0,8%
João Pacheco de OLIVEIRA	2	0,8%
José Maurício Andion ARRUTI	2	0,8%
Lucio RENNÓ	2	0,8%
Luiz Augusto CAMPOS	2	0,8%
Márcia LIMA	2	0,8%
Marcio GOLDMAN	2	0,8%
Márcio MACEDO	2	0,8%
Margarete Fagundes NUNES	2	0,8%
Marília Pinto de CARVALHO	2	0,8%
Michael KENT	2	0,8%
Muryatan Santana BARBOSA	2	0,8%
Olívia Maria Gomes da CUNHA	2	0,8%
Rogério da PALMA	2	0,8%
Sergio COSTA	2	0,8%
Sidney TARROW	2	0,8%
Simone MONTEIRO	2	0,8%
Verlan Valle GASPARETO	2	0,8%
Wolfgang DÖPCKE	2	0,8%

* Foram considerados apenas as instituições com mais de uma ocorrência
 Fonte: o autor.

A despeito da pluralidade de cientistas sociais que publicam sobre a questão no recorte, há uma relativa concentração desses autores em determinadas universidades. Apenas a Universidade de São Paulo concentra 9% de toda produção do período. Somados, os textos publicados por cientistas sociais da USP, UFRJ, UNICAMP, UFBA, UFMG, UnB, UERJ e UFRGS perfazem 40% do *corpus*. E embora tenha caído lentamente entre 1994 e 2008, tal percentual voltou a subir entre 2009 e 2013, o que pode indicar uma reconcentração da produção sobre o tema nessas instituições:

Tabela 5: Quantidade de artigos de acordo com a universidade do autor*

Instituição	N	%
Universidade de São Paulo	24	9%
Universidade Federal do Rio de Janeiro	18	6,8%
Universidade Estadual de Campinas	16	6%
Universidade Federal da Bahia	11	4,1%
Universidade Federal de Minas Gerais	11	4,1%
Universidade de Brasília	9	3,4%
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	9	3,4%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	8	3%
Universidade Federal de Juiz de Fora	5	1,9%
Universidade Federal de Sergipe	5	1,9%
Universidade Federal de Santa Catarina	4	1,5%
Universidade Federal de São Carlos	4	1,5%
Universidade Federal Fluminense	4	1,5%
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	3	1,1%
Universidade de Chicago	3	1,1%
Universidade Candido Mendes	2	0,8%
Universidade da Califórnia	2	0,8%
Universidade de Harvard	2	0,8%
Universidade de Manchester	2	0,8%
Universidade de Princeton	2	0,8%
Universidade de Wisconsin	2	0,8%
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	2	0,8%
Universidade Estadual Norte Fluminense	2	0,8%
Universidade Federal de São Paulo	2	0,8%
Universidade Livre de Berlim	2	0,8%

* Foram considerados apenas as instituições com mais de uma ocorrência.

Fonte: o autor.

Outro dado que ajuda a entender a forma contemporânea dos estudos sobre a questão racial brasileira é uma análise das referências bibliográficas recorrentes nos textos do *corpus*. Embora um texto possa ser citado de inúmeras maneiras, a análise de citações permite compreender a quem os cientistas sociais vêm recorrendo quando tentam

entender as relações raciais brasileiras. Dito isso, a Tabela 6 traz a lista dos autores mais citados, considerando apenas os referidos em 9 textos ao menos.

Novamente, os trabalhos de Antônio Sérgio Guimarães mostram sua enorme influência na produção contemporânea. Antes de discutirmos esse fato, vale destacar outras características dessa lista que chamam a atenção. Em primeiro lugar, merece destaque a recorrente citação dos principais nomes ligados aos paradigmas interpretativos das relações raciais brasileiras. Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg são apenas os nomes mais importantes de cada um dos três momentos e, não gratuitamente, aparecem na lista de citações em quarto, terceiro e sexto lugares.

Em segundo lugar, chama a atenção a grande quantidade de autores brasileiros ou estudiosos do país na lista. Se comparada com outras pesquisas sobre citações (Melo, 1999), perceberemos como os autores estrangeiros são pouco referidos nessa bibliografia. Vale notar, também, a posição na lista de autores como Pierre Bourdieu e Michel Foucault, referências centrais das ciências sociais, mas que tematizaram o racismo em textos esparsos⁶. Tudo parece indicar que os estudos sobre raça no Brasil se utilizam mais de referências gerais da teoria social e de investigações nacionais do que da bibliografia especializada de outros países. Por um lado, isso pode refletir as idiossincrasias da questão racial brasileira, difícil de ser traduzida pelas teorias exógenas a nossa realidade. Por outro lado, isso pode refletir um caráter provinciano do campo.

⁶ Outros estudos indicam que Bourdieu e Foucault costumam ser os autores recorrentemente citados nas ciências sociais brasileiras de modo geral (Melo, 1999).

Tabela 6: Autores mais citados (apenas os citados em mais de 9 artigos)

Citado	N	%
A. GUIMARÃES	51	19,2%
P. BOURDIEU	44	16,5%
F. FERNANDES	42	15,8%
G. FREYRE	38	14,3%
P. FRY	38	14,3%
C. HASENBALG	35	13,2%
E. TELLES	33	12,4%
L. SCHWARCZ	33	12,4%
M. FOUCAULT	32	12,0%
M. CORREA	30	11,3%
L. SANSONE	29	10,9%
N. SILVA	28	10,5%
R. BASTIDE	28	10,5%
M. MAIO	25	9,4%
G. ANDREWS	24	9,0%
T. AZEVEDO	24	9,0%
T. SKIDMORE	23	8,6%
F. BARTH	22	8,3%
O. NOGUEIRA	22	8,3%
D. PIERSON	21	7,9%
J. CARVALHO	21	7,9%
S. HALL	21	7,9%
P. WADE	19	7,1%
A. RAMOS	18	6,8%
P. GILROY	18	6,8%
F. CARDOSO	17	6,4%
L. OLIVEIRA	17	6,4%
M. CARVALHO	17	6,4%
M. HANCHARD	17	6,4%
R. ARAÚJO	17	6,4%
Y. MAGGIE	17	6,4%
L. WACQUANT	16	6,0%
M. WEBER	16	6,0%
A. NASCIMENTO	15	5,6%
J. CLIFFORD	15	5,6%
J. SANTOS	15	5,6%
J. SCOTT	15	5,6%
N. ELIAS	15	5,6%
R. SANTOS	15	5,6%
B. ANDERSON	14	5,3%
C. GEERTZ	14	5,3%
G. SEYFERTH	14	5,3%
R. DaMATTA	14	5,3%
A. APPADURAI	13	4,9%
C. WAGLEY	13	4,9%

Citado	N	%
E. HOBBSAWM	13	4,9%
L. MOUTINHO	13	4,9%
S. COSTA	13	4,9%
A. MARX	12	4,5%
H. BHABHA	12	4,5%
J. BUTLER	12	4,5%
J. SOUZA	12	4,5%
M. ALMEIDA	12	4,5%
N. FRASER	12	4,5%
O. IANNI	12	4,5%
R. ORTIZ	12	4,5%
A. PISCITELLI	11	4,1%
C. RIBEIRO	11	4,1%
J. COMAROFF	11	4,1%
L. COSTA PINTO	11	4,1%
R. LANDES	11	4,1%
A. BRAH	10	3,8%
A. PORTES	10	3,8%
C. LÉVI-STRAUSS	10	3,8%
C. TAYLOR	10	3,8%
C. TILLY	10	3,8%
H. WINANT	10	3,8%
J. SILVA	10	3,8%
M. CASTRO	10	3,8%
M. HERSKOVITS	10	3,8%
M. SAHLINS	10	3,8%
N. STEPAN	10	3,8%
R. HENRIQUES	10	3,8%
S. PENA	10	3,8%
A. CANDIDO	9	3,4%
A. GUERREIRO RAMOS	9	3,4%
B. HOOKS	9	3,4%
C. AZEVEDO	9	3,4%
C. MOURA	9	3,4%
E. CARNEIRO	9	3,4%
E. WILLEMS	9	3,4%
F. FANON	9	3,4%
F. ROSEMBERG	9	3,4%
G. DELEUZE	9	3,4%
J. ARRUTI	9	3,4%
J. HABERMAS	9	3,4%
J. REIS	9	3,4%
L. DUMONT	9	3,4%
M. HARRIS	9	3,4%
P. RABINOW	9	3,4%

A posição de Antônio Sérgio Guimarães na lista de citados merece uma análise mais pormenorizada. Embora ela possa ser parcialmente explicada pela produtividade desse pesquisador, a qual está refletida na lista dos autores que mais publicaram no *corpus* (Tabela 4), outros fatores devem ser considerados aqui. Em mais de uma de suas obras, Guimarães destacou a importância e a validade contemporânea do enquadramento dado à questão racial pelos trabalhos de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva (Guimarães, 1998; Guimarães, 1999; Guimarães, 2002). Nesse sentido, ele pode ser considerado um dos partidários do paradigma das desigualdades raciais, fundado pelos dois sociólogos. Por outro lado, é preciso notar alguns deslocamentos introduzidos no modo de enquadrar esse debate, cristalizados na obra de Guimarães e que se tornaram muito influentes nas últimas duas décadas.

Grosso modo, Guimarães endossa os dados sobre desigualdades raciais coletados por Hasenbalg e Silva. Contudo, ele explora com mais detalhe os conceitos utilizados para tratar esses dados. Por trabalharem mormente com dados secundários produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Hasenbalg e Silva sempre preferiram utilizar os conceitos empregados pelo instituto em seus levantamentos. É nesse sentido que eles falam ora na relação entre “cor” e estratificação, ora em “grupos raciais” e desigualdade (Hasenbalg, 1979; Hasenbalg, Silva e Lima, 1999; Hasenbalg e Silva, 2003; Silva, 1981). Embora não critique o uso de tal nomenclatura, Antônio Sérgio Guimarães relê esses dados para propor que eles contêm evidências suficientes do racismo brasileiro, o que autorizaria a utilização sociológica e politicamente orientada do conceito de “raça”. Ao mesmo tempo, ele destaca o modo como esse racismo brasileiro atinge de forma equivalente tanto aqueles que se autoclassificam nos censos como pretos como os autodenominados pardos (Guimarães, 1999:190-192). Sendo assim, o movimento negro brasileiro teria uma certa razão em propor um projeto antirracista que amalgamasse numa só identidade “negra” esses dois grupos (Guimarães, 2003).

Evidentemente, esses deslocamentos conceituais não podem ser atribuídos unicamente aos trabalhos de Guimarães. Antes deles, cientistas sociais legatários dos trabalhos de Hasenbalg e Silva já haviam deixado de utilizar a expressão “não-brancos”, predileta por esses últimos, para denominar a soma de pretos e pardos como “negros” (Henriques, 2001; Soares, 2000). Ademais, tanto Hasenbalg quanto Silva já utilizavam o conceito de “grupos raciais” em sentido sociológico, ainda que o empregassem de modo intercambiável à noção de “grupos de cor”. A despeito disso, foi Guimarães que produziu um juízo sintético-teórico dessa nomenclatura e, sobretudo, o popularizou. Isso fica mais

evidente quando observamos como variaram as categorias de classificação, empregadas nos estudos incluídos para definir os “não-brancos” brasileiros (negros, pardos, pretos, mestiços, mulatos etc.), e o conceito empregado para definição dessa área de estudos (raça, etnia, cor etc.).

Esse movimento conceitual pode ser percebido quando observamos as categorias de classificação e os conceitos utilizados pelos textos considerados. Como mostra a Tabela 7, cerca de 67% dos textos utiliza o conceito de “raça” para nomear a questão e emprega a categoria “negro” para nomear o grupo estudado. A segunda combinação mais corrente é aquela que fala em “etnia negra”, presente em 27% do *corpus****. Em seguida, vêm os textos que falam em “cor negra” com 17% e aqueles que falam em “raça” combinada com alguma das categorias “afro” (afrodescendente, afro-brasileiro etc.), com 13%:

Tabela 7: Proporção de textos de acordo com a designação da questão e as categorias de classificação utilizadas***

<i>Conceito Categoria</i>	raça	etnia	cor	discute conceitos	nenhum	TOTAL
negro	67%	27%	17%	3%	2%	79% (211)
"afro"	13%	9%	2%	-	2%	19% (51)
preto	10%	1%	7%	1%	-	11% (30)
mestiço	10%	5%	3%	-	-	11% (28)
pardo	9%	-	6%	1%	-	10% (27)
mulato	9%	3%	3%	-	-	10% (26)
não-branco	5%	1%	2%	-	-	6% (15)
outra	3%	5%	-	-	-	7% (19)
discute categorias	3%	1%	2%	-	-	3% (9)
nenhuma	4%	2%	-	-	1%	5% (13)
TOTAL	78% (209)	35% (92)	20% (54)	3% (8)	5% (12)	100% (266)

*** A soma dos percentuais dá mais de 100% porque em muitos casos se utilizava mais de uma designação e/ou categoria de classificação.

Fonte: o autor.

Na literatura internacional e brasileira, há um grande debate sobre como designar o campo de estudo. Grosso modo, tal debate gira em torno dos perigos em se utilizar a noção de “raça” ainda que para fins sociológicos. É possível perceber três posturas nessa controvérsia. De um lado, estão autores que rechaçam o conceito de raça por conta de sua semântica biológica e, por isso, preferem utilizar conceitos alternativos como “etnia” (Rex, 1986). Num segundo veio, estão aqueles autores que defendem a validade do uso sociológico do conceito de raça, desde que feitas as devidas ressalvas antiessencialistas (Banton, 1967). Em uma terceira via estão aqueles cientistas sociais que recusam não apenas a utilização do conceito de raça, mas qualquer um de seus eventuais sucedâneos como etnia, cultura, grupos de cor etc. (Malik, 1996b; Miles e Brown, 2004), sob a acusação de que tais substitutos apenas escamoteiam a persistência de uma visão essencialista dos grupos ditos “raciais”.

No Brasil recente, contudo, parece existir um quase consenso de que a categoria a ser utilizada deve ser “raça” na sua versão sociológica. Existe aqui também um enorme debate sobre as categorias de classificação racial e os conceitos de designação do campo (Schwartzman, 2009; Silva e Leão, 2012; Telles, 2014; Osório, 2003; Muniz, 2012; Silva, 1999). Não é nosso objetivo aqui discuti-lo, mas apenas destacar uma concentração dos textos que preferem a categoria “negros”. Como abordei em outra ocasião (Campos, 2013b), essa concentração tem motivos históricos complexos, intimamente relacionados à crescente politização da questão racial na histórica recente do país. Embora esse movimento abranja outros nomes além de Antônio Sérgio Guimarães, pode-se dizer que os textos deste se tornaram uma espécie de manual conceito de como trabalhar com “raça” na sociologia, frase que, aliás, nomeia um dos seus textos mais citados (Guimarães, 2003).

Considerações finais

Apesar de ser um dos campos mais tradicionais e consolidados das ciências sociais brasileiras, os estudos de relações raciais sofreram transformações importantes nos últimos vinte anos, coincidente com a crescente politização da questão racial. Os debates em torno da ação afirmativa, que são feitos no âmbito estatal no mínimo desde 1994, envolveram muitos dos estudiosos da questão, o que teve impactos visíveis na produção em artigos acadêmicos.

Um primeiro impacto difuso é o crescimento do percentual de artigos que consideram a questão em relação à produção geral das principais revistas de ciências sociais disponibilizada no Scielo. Mas ainda que isso possa ser conectado ao debate sobre

as ações afirmativas, não é possível atribuir esse incremento unicamente à maior quantidade de textos sobre essas políticas. Ao contrário, o período acompanha uma cada vez maior pluralização temática do campo, que deixa de se concentrar em estudos sobre expressões culturais e estratificações socioeconômicas para considerar outros temas como a intersecção entre raça e gênero, os movimentos sociais, as relações internacionais etc. Mudanças menos intensas ocorreram também quando se observa a maneira como os cientistas sociais escrevem sobre a questão. Os ensaios bibliográficos ainda são dominantes, mas vêm perdendo centralidade para modalidades de pesquisas teóricas e empíricas, baseadas mormente em técnicas de observação participante e análises de dados secundários.

Em relação ao perfil de quem publica sobre o tema, há novamente uma concentração em centros tradicionais nos estudos raciais, embora tal concentração também venha diminuindo. Dentre os autores que mais publicaram no *corpus*, merecem destaque aqueles envolvidos direta ou indiretamente com o debate das cotas e com revisões internas ao paradigma centrado nos estudos das desigualdades raciais. Quanto ao cânon bibliográfico do campo, há uma relativa contemporaneidade de todas as fases pregressas, já que nomes como Freyre, Florestan e Hasenbalg aparecem no topo da lista de mais citados. Nesse aspecto, merece destaque uma ausência relativa da bibliografia sobre raça e racismo mais notabilizada nos grandes centros internacionais, notadamente na academia anglo-saxônica. Em geral, os citados são brasileiros ou brasilianistas.

Antonio Sérgio Guimarães aparece como referência central, não apenas na quantidade de artigos dedicados ao tema, como também na quantidade de vezes em que ele foi citado. Isso ajuda a explicar um movimento mais amplo de ascensão de dois conceitos analíticos importantes no campo. De um lado, a noção de raça foi instituída como designação para as clivagens estudadas e, do outro, a categoria classificatória “negro” foi incorporada pela maior parte dos textos para designar os “não-brancos”.

Tudo isso nos leva a crer que a recente politização da questão racial teve um grande impacto no campo, ainda que difuso. Isso não nos parece suficiente, entretanto, para que falemos em um “novo paradigma” das relações raciais, diferente do *paradigma das desigualdades raciais*. Boa parte do que se produz atualmente ainda se preocupa com questões centrais para os estudos do fim da década de 1970. Ao defender a restituição do conceito de “raça” na sociologia, o próprio Antônio Sérgio Guimarães reconhece essa continuidade: “É justo esta *differentia specifica* das desigualdades de oportunidade e de tratamento [detectadas por Hasenbalg e Silva] que cumpre ao conceito sociológico de

‘raça’ dar conta” (Guimarães, 1999:68). Em suma, se a politização recente da questão racial contribui para chacoalhar o campo de estudos, a renitência de nossas desigualdades e discriminações raciais ainda faz com que o *paradigma das desigualdades raciais* oriente grande parte da pesquisa sobre o tema.

Isso não nos deve cegar, porém, para o fato de que tal paradigma não responde a inúmeras questões sobre o racismo brasileiro. Como o próprio Carlos Hasenbalg declarou em uma entrevista a Antônio Sérgio Guimarães, “cabe aclarar que, nesse livro [sua tese de 1979] e nos trabalhos posteriores com o Nelson [do Valle Silva], a discriminação não é observada diretamente. Ela é inferida a partir da análise da disparidade de resultados sociais dos grupos de cor, controlada pelas variáveis relevantes” (Guimarães e Hasenbalg, 2006:260). Isto é, se o *paradigma das desigualdades raciais* é eficiente ao compilar evidências estatísticas das consequências do racismo brasileiro, ele não nos orienta na sua observação direta. Existem muitos veios metodológicos a explorar para suprir esta lacuna, como a mistura de técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas (Lima, 2014), o emprego de desenhos experimentais (Bueno e Dunning, 2013; Lima e Vala, 2004), as pesquisas sobre percepção da discriminação (Oliveira e Barreto, 2003), dentre outras possibilidades. Apesar de um dos campos mais longevos de nossas ciências sociais, os estudos sobre relações raciais demandam hoje, e mais do que nunca, abordagens criativas e heterodoxas do tema.

Referências

- Alves, J.A. Lindgren. (2002), "A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos". *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, pp. 198-223.
- Banton, Michael. (1967), *Race · Relations*. New York, Basic Books.
- Benzécri, Jean-Paul. (1992), *Correspondence Analysis Handbook Statistics*. New York, Marcel Dekker Inc.
- Boas, Frantz. (2004), *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Bomfim, Manoel. (1999), *O Brasil na América*. Rio de Janeiro, TopBooks.
- Bourdieu, Pierre. (2007), *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, Zouk e Edusp.
- Bueno, Natália e Dunning, Thad (2013). Race, resources, and representation: evidence from Brazilian politicians, em *71st Midwest Political Science Association*. Chicago.
- Campos, Luiz Augusto. (2012), ""We Have a Dream" Cientistas sociais e a controvérsia sobre as cotas raciais na imprensa". *Revista de Sociologia e Política*, vol. 20, pp. 53-73.

- (2013a). Enquadrando a esfera pública: a controvérsia das cotas raciais na imprensa, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- . (2013b), "O pardo como dilema político". *Insight Inteligência*, nº 62, pp. 80-91.
- Cardoso, Fernando Henrique. (2000), Prefácio, in Pastore, José e Silva, Nelson do Valle (orgs.), *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo, SP, MAKRON Books do Brasil Editora, pp.
- DaMatta, Roberto. (1990), Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira, in DaMatta, Roberto (orgs.), *Relativizando, uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro, Rocco, pp. 58-87.
- Feres Júnior, João; Daflon, Verônica Toste e Campos, Luiz Augusto. (2011), "Lula's Approach to Affirmative Action and Race". *NACLA Report ton the Americas*, vol. 44, nº 2, pp. 34-36.
- Feres Júnior, João; Oliveira, Marina Pombo e Daflon, Verônica Toste. (2007), *Guia bibliográfico multidisciplinar: ação afirmativa: Brasil, EUA, África do Sul, Índia*. Rio de Janeiro, DP&A.
- Fernandes, Florestan. (1960), Prefácio, in Cardoso, Fernando Henrique e Ianni, Octávio (orgs.), *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, pp.
- . (1965), *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Dominus Editora.
- Freyre, Gilberto. (2003), *Casa-grande & senzala: formação da família Brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo, Global.
- Fry, Peter. (2001), Feijoada e Soul Food 20 anos depois, in Fry, Peter (orgs.), *Fazendo antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro, DP&A, pp. 35-54.
- Greenacre, Michael. (1993), *Correspondence Analysis in Practice*. Boca Raton, Chapman & Hall/CRC.
- Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo. (1999), *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34.
- . (2003), "Como trabalhar com "raça" em sociologia". *Educação e Pesquisa*, vol. 29, nº 1, pp. 93-107.
- . (2007). Desigualdades raciais em novo regime de estado: as ações afirmativas no governo Lula, em *XXVII Congresso Internacional da LASA*. Montréal.
- Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. (1998), *Preconceito e discriminação : queixas de ofensas e tratamento desigual dos negros no Brasil*. Salvador, Bahia, Programa A Cor da Bahia, Mestrado em Sociologia, FFCH-UFBA.
- . (2002), *Classes, raças e democracia*. São Paulo, UFSP Editora 34.
- Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo e Hasenbalg, Carlos Alfredo. (2006), "Entrevista com Carlos Hasenbalg". *Tempo Social*, vol. 18, nº 2, pp. 259-268.
- Hasenbalg, Carlos Alfredo. (1979), *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.

- Hasenbalg, Carlos Alfredo e Silva, Nelson do Valle, eds. (2003). *Origens e destinos: desigualdades social ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Hasenbalg, Carlos Alfredo; Silva, Nelson do Valle e Lima, Márcia. (1999), *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro, RJ, Contra Capa Livraria.
- Henriques, Ricardo. (2001), "Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90". *Texto para Discussão IPEA*, nº 807, pp. 49.
- Hofbauer, Andreas. (2006), "Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, nº 68, pp. 9-56.
- Kuhn, Thomas. (1962), *The structure of scientific revolutions*. Chicago., University of Chicago Press.
- . (1991), *The Natural and the Human Sciences*, in Hiley, David, Bohman, James e Shusterman, Richard (orgs.), *The Interpretive Turn: Philosophy, Science, Culture*. Ithaca, Cornell University Press, pp. 17–24.
- Lima, Márcia. (2014), "A Obra de Carlos Hasenbalg e seu Legado à Agenda de Estudos sobre Desigualdades Raciais no Brasil". *Dados*, vol. 57, nº 4, pp. 919-933.
- Lima, Marcus Eugênio O. e Vala, Jorge. (2004), "Sucesso social, branqueamento e racismo". *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 20, nº 1, pp. 11-19.
- Maio, Marcos Chor. (1999), "O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, nº 41, pp. 141-158.
- Malik, Kenan. (1996a), *The meaning of race : race, history and culture in Western society*. Washington Square, N.Y., New York University Press.
- . (1996b), *The Meaning of Race: Race, History and Culture in Western Society*. New York, NYU Press.
- Masterman, Margaret. (1970), *The Nature of a Paradigm*, in Lakatos, Imre e Musgrave, Alan (orgs.), *Criticism and the Growth of Knowledge, Proceedings of the 1965 International Colloquium in the Philosophy of Science 4*. Cambridge, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 59-90.
- Melo, Manuel Palácios da Cunha. (1999), *Quem explica o Brasil*. Juiz de Fora, Editora UFJF.
- Miles, Robert. (1993), *Racism After 'race Relations'*. Londres, Routledge.
- Miles, Robert e Brown, Michael. (2004), *Racism*. Londres, Taylor & Francis.
- Muniz, Jerônimo O. (2012), "Preto no branco?: mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial". *Dados*, vol. 55, nº 1, pp. 251-282.
- Oliveira, Cloves Luiz Pereira e Barreto, Paula Cristina da Silva. (2003), "Percepção do racismo no Rio de Janeiro". *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 25, nº 2, pp. 183-213.
- Osório, Rafael Guerreiro. (2003), *O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE*, Texto para discussão Ipea.
- Rex, John. (1986), *Race and Ethnicity*. Berkshire Open University Press.
- Ribeiro, Carlos Antonio Costa. (2006), "Classe, raça e mobilidade social no Brasil". *Dados*, vol. 49, nº 4, pp. 833-873.
- Schwarcz, Lilia Moritz. (1993), *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras.

- . (1994), "Espetáculo da miscigenação". *Estudos Avançados*, vol. 8, pp. 137-152.
- Schwartzman, Luisa Farah. (2009), "Seeing Like Citizens : Unofficial Understandings of Official Racial Categories in a Brazilian University". *Journal of Latin American Studies*, nº 41, pp. 221-250.
- Silva, Graziella e Leão, Luciana. (2012), "O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 27, nº 80, pp. 117-133.
- Silva, Nelson do Valle (1978). Black-white income differentials in Brazil, 1960. Doutorado, Sociologia, Universidade de Michigan, Michigan.
- . (1981), "Cor e o processo de realização sócio-econômica". *Dados*, vol. 24, nº 3, pp. 391-409.
- . (1999), Morenidade: modos de usar, in Hasenbalg, Carlos, Silva, Nelson do Valle e Lima, Márcia (orgs.), *Cor e Estratificação Social*. Rio de Janeiro, Contra Capa, pp. 86-106.
- Soares, Gláucio Ary Dillon. (2005), "O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil". *Sociologia: problemas e práticas*, nº 48, pp. 27-52.
- Soares, Sergei Suarez Dillon. (2000), "O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras". *Texto para Discussão IPEA*, nº 769, pp. 25.
- Souza, Jessé, ed. (1997). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15.
- Telles, Edward. (2014), *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America*. North Carolina, University of North Carolina Press.